



## A Fundamentação marxiana para a formação e trabalho do Assistente Social no Brasil

*The Marxian foundation for the academic education and labor of the Social Worker in Brazil*

Jane Cruz Prates<sup>1</sup>

[orcid.org/0000-0003-0539-3600](https://orcid.org/0000-0003-0539-3600)  
[jprates@pucrs.br](mailto:jprates@pucrs.br)

Recebido em: 27/11/2020

Aprovado em: 27/11/2020

Publicado em: 23/12/2020.

**Resumo:** O presente artigo versa sobre a formação e o trabalho profissional do assistente social no Brasil cuja orientação se pauta no paradigma marxiano. Aporta algumas reflexões sobre o contexto histórico em que esse processo se configurou no país e os desafios enfrentados pelos profissionais para a consolidação das diretrizes curriculares. Busca também explicitar as características do referencial marxista que as fundamenta e sua mediação no processo de formação dos assistentes sociais incidindo sobre a constituição de sua identidade e trabalho profissional.

**Palavras-chave:** Ensino e trabalho. Formação e trabalho do assistente social. Teoria marxiana.

**Abstract:** This article deals with the training and professional work of the social worker in Brazil whose orientation is based on the Marxian paradigm. It provides some reflections on the historical context in which this process was set up in the country and the challenges faced by professionals for the consolidation of curricular guidelines. It also seeks to explain the characteristics of the Marxist framework that supports them and their mediation in the process of training social workers focusing on the constitution of their identity and professional work.

**Keywords:** Teaching and work. Social worker training and work. Marxian theory.

### Introdução

Inicialmente, é preciso destacar que o Serviço Social no Brasil, diferente de muitos países, é uma profissão regulamentada que exige nível superior para o seu exercício. Surge na década de 1930 durante o processo de industrialização e urbanização e sua primeira regulamentação, no Brasil, data de 1957. A formação no nível da graduação é realizada em 4 anos de estudo, e são incluídos nesse processo a realização de estágios obrigatórios supervisionados. A profissão é regulamentada por lei específica e dispõe de um código de ética profissional. Tanto a Lei de Regulamentação da Profissão como o Código de Ética Profissional foram atualizados pela categoria profissional e suas mais recentes versões foram aprovadas na década de 1990. No mesmo período, a profissão aprovou, através da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), as Diretrizes Curriculares para a Formação e o Trabalho Profissional do Assistente Social, fundamentadas na tradição marxista.

A partir da década de 1980, a profissão passa a se definir como uma especialização inserida na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO, 2004) cujo objeto de trabalho são as expressões da questão social, fruto da



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, Brasil.

sociedade capitalista madura, que se materializa a partir de um conjunto de desigualdades tais como: a pobreza, as diversas formas de interdição e de violência, a precarização e fragilização de toda a ordem. Porém, como contraponto, são também expressadas resistências, ou seja, estratégias empreendidas pelos sujeitos e pela coletividade para o seu enfrentamento dessas injustiças, e aqui são incluídos os movimentos sociais, as políticas sociais, os sindicatos, os conselhos, as associações, entre outras formas de iniciativa e organização para fazer frente as desigualdades.

O reconhecimento dessa profissão como trabalho foi resultado da reaproximação mais consistente dos profissionais ao paradigma marxista, em especial às obras do próprio Marx e de Engels e de marxistas como Gramsci e Lukács, cuja influência é marcante na profissão no Brasil e na América Latina. Inicialmente, essa aproximação se efetiva nos marcos da ditadura militar, nos anos de 1960, reduzindo as possibilidades de acesso às obras clássicas, o que resultou em mediações reducionistas. Mais adiante, na década de 1980, não só o Brasil vivia um processo de reabertura democrática e eclosão dos movimentos sociais, como eram obtidos os primeiros resultados da produção simbólica da profissão, advinda dos programas de pós-graduação, iniciados nas décadas de 1970 e 1980.

Caracterizar o Serviço Social como trabalho a partir dessa perspectiva significou o reconhecimento dos assistentes sociais como trabalhadores que, apesar de uma relativa autonomia para realizar seu trabalho, são condicionados pelo assalariamento. Significa dizer que, como trabalhadores, sofrem todas as vicissitudes do mundo do trabalho, tais como a precarização, a flexibilização, o sobretrabalho, os processos de alienação e estranhamento. Significa também reconhecer que os assistentes sociais se inserem em processos de trabalho condicionados pela organização e pelas relações de trabalho.

Como destaca o documento da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o assistente social é um profissional "dotado de uma força de trabalho qualificada,

que como toda mercadoria, dispõe de um valor de uso e troca", mas que sendo uma atividade do sujeito, nela incidem múltiplas mediações que conformam a constituição dos que a realizam: as relações de gênero, étnicas, valores, compromissos políticos, formação intelectual, cultural, etc. (ABESS/CEDEPSS, 1996)

Essa posição assumida coletivamente pela categoria no Brasil, no auge do avanço das políticas de recorte neoliberal nos anos 1990, foram também resultado de sua reaproximação mais densa com a teoria social marxiana.

O mesmo documento da ABEPSS justifica essa opção argumentando que:

[...] a tradição marxista empreende, desde Marx e Engels até os dias de hoje, um esforço explicativo acerca da questão social, já que o que está subjacente às suas manifestações concretas é a acumulação do capital, produzido e reproduzido com a operação da lei do valor, cuja contraface é o crescimento da pauperização (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 23).

Passaram-se 25 anos da aprovação das diretrizes curriculares, resultado de um caminho iniciado no Movimento de Reconceituação (décadas de 1960-1970), quando se faz o primeiro movimento de ruptura com o Serviço Social conservador, fundamentado no positivismo, que pretendia adaptar sujeitos e grupos a uma sociedade entendida como harmônica, onde a diversidade é vista como disfunção social. O Serviço Social passa, a partir de então, por um longo processo de amadurecimento, que não é linear e é passado por muitas disputas e alguns reveses. No entanto, a aprovação das novas diretrizes curriculares constituíram-se, sem dúvida, como um marco na história dessa profissão no Brasil.

Ressaltemos que, por um lado, essas diretrizes são aprovadas num contexto marcado pelo avanço das políticas públicas que passam a se configurar como direitos, a partir de 1988, com a Nova Constituição Federal Brasileira e que, ao longo dos anos 1990, terão suas primeiras regulamentações aprovadas e, por outro, pelo acirramento da disputa entre diferentes projetos societários. Afinal, as políticas de recorte neoliberal caminham na contramão das conquistas

universalizantes, que pressupõem um Estado forte e a sua primazia consiste na condução da política e a ruptura com a subalternidade arraigada na cultura brasileira, fruto de uma história marcada pelo colonialismo, patrimonialismo, por longo período de ditadura e populismo, o que fazem com que tenhamos um espaço e uma esfera pública frágeis (COUTO, 2007)

Ao mesmo tempo em que este embate toma forma na sociedade, com avanços e recuos para um e outro projeto, no Brasil e na América Latina na produção da profissão os desafios são muitos: adensar o debate sobre a teoria social e o método marxiano para que não sejam apreendidos de forma reducionista, aprofundar conceitos e estratégias à luz desse paradigma, consolidar as diretrizes e mediá-las com o conjunto da categoria, além de materializá-las nos Projetos Pedagógicos das Unidades de Ensino e produzir conhecimentos que aportem visibilidade ao vigor dessa mediação.

Do mesmo modo, a categoria estava desafiada a mediar o conjunto desses aportes nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, contemplando a articulação entre a universalidade e as particularidades de cada área e contexto, no bojo de um processo de reestruturação produtiva, globalização e precarização do trabalho. Além disso era necessário participar do debate nacional e da disputa contra o desmonte das políticas públicas, também em fase de consolidação. Este processo, no contexto presente, se radicaliza e se expressa no avanço da direita em nível internacional, na América Latina e no Brasil, acompanhado de um crescimento do conservadorismo que com ele dialoga. No caso brasileiro, em que pese a inexistência de uma ruptura mais efetiva com o projeto anterior realizada pelos governos Lula e Dilma, a partir do golpe, esse projeto é retomado de modo mais contundente, resultando em profundos retrocessos e perda de direitos de ordens diversas.

Como parte desse processo de desmonte, a universidade é atravessada pelo mesmo movimento e sofre pressões no sentido da flexibilização curricular, do aligeiramento da formação com ênfase no tecnicismo, estímulo ao empreendedo-

rismo e captação de recursos, da implementação do ensino à distância na graduação, do produtivismo, entre outras formas de precarização e mercantilização do ensino e da formação.

O aprofundamento, da recessão, fruto do *crash* de 2008 que, no Brasil, só vai ter impactos mais efetivos a partir de 2015, em razão do esgotamento das políticas anticíclicas adotadas pelos governos populares, vão justificar a implementação da austeridade nos governos Temer e Bolsonaro. São exemplos a aprovação de medidas predatórias como a EC 95/2016, que congela os gastos públicos por 20 anos, as reformas trabalhistas e previdenciária, atingindo em cheio a classe trabalhadora, que sofre com aumento da precarização do trabalho e dos níveis de desemprego estrutural. A falta de investimentos nas políticas públicas que conformam a seguridade social, a educação e a habitação acentuarão ainda mais as desigualdades, porque a desproteção social se ampliará significativamente nesse período.

O ano de 2020 é marcado pela maior crise sanitária vivenciada pelo mundo, no período de capitalismo maduro, pondo em xeque as políticas neoliberais que apregoam a necessidade de um estado mínimo, pelo menos para o social, na medida em que necessitam contar com o Estado para atender o exorbitante número de contaminados pela covid-19, através de sistemas públicos de saúde, no caso brasileiro, o Sistema Único de Saúde (SUS), cujo sucateamento acentuara-se após a implementação das chamadas medidas de austeridade. Exigiu, por outro lado, o investimento do estado em auxílios emergenciais para garantir o sustento de muitos trabalhadores desempregados, em isolamento ou cujos pequenos negócios não suportariam o período de pandemia, medidas essas que contrariam o receituário neoliberal.

### O significado de optar por uma perspectiva fundamentada no paradigma marxiano

Na contramão dos que apregoam o fim da história, a perspectiva dialética consiste, antes de tudo, num modo de ver a vida, em primeiro

lugar como movimento permanente, como processo, portanto, como negação dos estados, ou formas estáticas dos fenômenos, para demarcar sua provisoriedade, o seu *devenir*, o que será processualmente negado para que o próprio movimento siga seu curso. Significa dizer que o instituído pode ser superado por novas formas e que o conflito necessário, realizado pela luta dos contrários, é fundamental ao movimento.

Reconhecer, portanto, a contradição como motor do movimento, como elemento que está na base da luta de classes, da questão social e do próprio desenvolvimento humano-social é essencial a esta perspectiva. Como diz Lefebvre (1991, p. 43) "[...] o humano só pode se constituir através do inumano, de início a ele misturado para, em seguida, distinguir-se, por meio de um conflito, e dominá-lo pela resolução deste conflito".

Mas para além do movimento, esta apreensão histórica requer conexões, ou seja, pressupõe o reconhecimento de que os fenômenos não são condicionados por uma única causa, mas por múltiplas determinações. Portanto não há como analisar uma realidade ou fenômeno deslocados de seu contexto e do conjunto de elementos que os conformam, sob pena de reduzir-lhes o sentido.

Sabemos que a influência positivista e suas versões contemporâneas tem se caracterizado por conformar teorias focais. Se, por um lado, podem aportar subsídios para o aprofundamento dos fenômenos, por outro, perdem ao não realizar o movimento de volta, da particularidade para a universalidade, deslocando os fragmentos de sua contextualização, o que acaba por reduzir o aprofundamento das análises críticas, base para uma intervenção substantiva. A leitura ampliada não precisa se contrapor a particularidade, a não ser quando suas justificativas reportam-se unicamente à subjetividade, como se fosse possível separar a subjetividade da realidade objetiva que a conforma, neste caso, reduzindo a análise dos fenômenos a um contexto subjetivista e individualista.

No caso do trato das expressões de desigualdades, isto é fundamental para que aspectos que tem origem na estrutura não sejam analisados como características deste ou daquele indivíduo

ou grupo, reiterando culpas e esperando que estratégias pontuais e individuais possam dar conta de resultados mais efetivos. A perspectiva de totalidade, também central ao paradigma dialético marxiano, articula razão e sensibilidade, se contrapõe à dicotomização entre objetividade e subjetividade, particularidade e universalidade, quantidade e qualidade, singularidade e coletividade, na medida em que se afirmam pela existência de seu oposto, como negação inclusiva. A opção por esse método é uma escolha política, porque recusa a neutralidade científica e faz a clara opção pela defesa de patamares de sociabilidade onde haja espaço para o reconhecimento da diversidade e do direito de todos às riquezas materiais e simbólicas socialmente produzidas.

Trata-se, portanto, de um método radical. E ser radical é ir à raiz, a origem dos fenômenos, o que requer a reconstituição histórica, que parte da estrutura presente e volta ao passado, problematizando-o (regressivo) e, depois, retorna ao presente de modo superado (progressivo), porque ao longo do processo de desvendamento das contradições e da reflexão crítica, construiu novos conhecimentos, ressignificou processos e realizou novas sínteses. Neste sentido, uma postura dialética é, antes de tudo, postura crítica, de busca por aprofundamento, de não contentamento com o aparente (FRIGOTTO, 1994).

Pretendemos que o processo de ensino-aprendizagem realize esse movimento de desvendamento/ novas apropriações/ novas sínteses provisórias. Espera-se que cada tese, realizada a partir de sucessivas aproximações, de movimentos de investigação e mediações teórico-práticas, seja novamente negada, reiniciando o movimento de apropriação e ressignificação, para chegar a novas totalizações provisórias. Esses movimentos contemplam a ruptura e, ao mesmo tempo, a continuidade, algo que, embora seja novo, guarde na síntese os elementos das etapas anteriores ou seja, que se conforme, não por "desconstruções", mas por superações.

São exemplos desse processo a própria construção do conhecimento, o metabolismo humano, ou o sujeito que, ao viver a crise adolescente, su-

pera essa contradição (crise intensa que se acirra) e guarda na identidade adulta traços da criança e do jovem que foi, fazendo efetivamente uma síntese dialética (PRATES, 2003). O desvendamento progressivo do real ou sua desfetichização, para utilizar um termo marxiano, é fundamental para o processo de reelaboração e para a construção de novos valores que informarão as ações.

Para tanto, o processo de formação precisa passar, também, pelos movimentos de investigação e exposição, conforme define Marx (1989). O método de investigação se apodera da matéria em seus pormenores, articulando a estrutura e a dinâmica dos fenômenos e reconstitui a história para explicar o porquê de os fenômenos serem o que são. Este movimento se efetiva tanto para analisarmos uma situação apresentada por um sujeito ou uma família com os quais trabalhamos, quanto para analisarmos um contexto, uma instituição ou uma política cuja implementação avaliamos. Ou seja, para qualquer âmbito do trabalho profissional (MENDES; PRATES, 2007).

O método de exposição parte de um início necessário, um embrião que sintetiza os achados, mesmo provisórios, porque a investigação já foi realizada (avaliamos a situação da família, do contexto ou da política sobre a qual nos debruçamos) e ao buscarmos efetivar totalizações sobre um fenômeno, já conhecemos aquilo sobre o que pretendemos expor, diferente de quando investigávamos. A partir dessa semente, realizamos o desdobramento dos processos que darão visibilidade ao movimento. Este processo tem um fio lógico condutor (início, desenvolvimento e síntese) e a história será contraprova do que argumentamos (exemplos concretos, dados, números, expressão dos sujeitos, trechos de documentos). Na exposição, pretendemos apresentar a vida do fenômeno, sua dinâmica capturada pela análise dialética. Teremos, então, não mais elementos soltos, mas já um conhecimento sobre os dados, mediado por um sentido capturado pelo aluno ou o profissional (concreto pensado e fundamentado teoricamente).

A preocupação com a efetiva comunicação, neste momento, é fundamental e se expressa nos produtos do trabalho, estudos sociais, pro-

jetos, relatórios, diagnósticos, avaliações, artigos científicos, dissertações, teses, todos mediados por práticas investigativas. Mas, para além dos produtos do trabalho, o uso da informação e da comunicação são de fundamental importância no trabalho do assistente social.

A comunicação é um tema bastante polêmico e complexo. Conforme Lefebvre, a linguagem é tão antiga quanto a consciência. O autor ainda explica: "Não existe consciência sem linguagem, pois a linguagem é a consciência real, prática" (1966, p. 47). Porém, diz Lefebvre, a linguagem não suscita o que os homens têm a dizer. Ele acrescenta que o homem: "Não possui este poder mágico, ou só possui temporariamente, de maneira precária" (1966, p. 52). E, continua ressaltando, que "o que os homens dizem vem da *práxis*" (trabalho, atos, lutas reais) mas tudo que eles fazem só entra na consciência passando pela linguagem e complementa referindo que: "As ideologias constituem mediações entre a *práxis* e a consciência (isto é, a linguagem). Mediação que pode também servir de anteparo, obstáculo e bloquear a consciência" (1966, p. 56). Ressaltando o caráter contraditório da linguagem, o autor comenta que, para Marx, nem o pensamento, nem a língua formam esfera independente. Diz o autor: "Nesse tesouro ou depósito confiado ao conjunto da sociedade que é a língua, caem e se acumulam ilusões e erros, verdades triviais e verdades profundas" (LEFEBVRE, 1966, p. 53).

Mas, se por um lado a comunicação reproduz alienação, por outro, é através desta que estabelecemos relações que nos possibilitam provocar reflexões, trabalhar processos de conscientização e reproduzir as riquezas socialmente construídas pela humanidade. É através da comunicação que veiculamos nossos pensamentos, nossas críticas, nossas experiências e conhecimentos. Como instrumento, da mesma forma que pode servir (e serve) à alienação e dominação, pode ser importante estratégia para viabilizar a sua superação (PRATES, 2018).

Ao nos referirmos à comunicação como processo, abordamos desde a compatibilização da linguagem entre profissionais e usuários, até formas comuns ou criativas de comunicação

(elaboração de boletins, jornais, uso de megafones, vídeos, painéis, folders, aparelhos de comunicação de massa, etc.). Importa, na verdade, o reconhecimento e a valorização do processo de comunicação para viabilizar a socialização de informações, conhecimentos, sem os quais os processos não se operacionalizam (PRATES, 2003). O conjunto de categorias dialéticas emanam da realidade e precisam a ela retornar como elementos que nos auxiliam a apreendê-la. Sua historicização e sua articulação à prática concreta são imprescindíveis.

A *práxis* é fundamental para a dialética e sua centralidade é reiterada em toda a obra de Marx. Queremos conhecer para intervir, para contribuir com a transformação. A prática é critério de verdade, mas não qualquer prática, uma execução com clareza de finalidade, fundamentada na realidade e instruída pela teoria, que precisa ser contextualizada e não transferida mecanicamente de um lugar para outro, ou de uma área para outra. Como por exemplo, o fordismo transferido da fábrica de automóveis para a área da saúde ou do ensino, com seus resultados nefastos que todos conhecemos.

Trabalhar a partir de uma *práxis* é fazer o movimento prática-teoria-prática-teoria, incessantemente, qualificando, de modo progressivo, nossas abstrações e intervenções, razão pela qual teoria e prática não podem ser separadas. A categoria trabalho, reconhecida como ontológica, ou seja, como elemento essencial ao processo de humanização, tem na **práxis** sua expressão concreta, porém, no modo de produção capitalista, sofre diferentes níveis de alienação, o que precisa ser sistematicamente desvendado.

Neste sentido é absolutamente pertinente e fundamental a transversalidade da prática e da investigação apontadas nas diretrizes curriculares, pois não há um lugar por excelência onde devam ser tratadas, embora possam, em alguns espaços, ter seu adensamento privilegiado, mas precisam ser elementos articuladores no conjunto da formação, em cada disciplina e procedimento pedagógico, porque a mediação teórico-prática e a postura investigativa são básicas para qualquer processo analítico-interventivo consistente.

Portanto, o método e a teoria social marxiana, além de instrumentos de análise e intervenção, oferecem também um conjunto de valores, mediações teóricas, posições frente à realidade que, articuladas, conformam o que se pode chamar de paradigma dialético crítico de orientação marxiana que fundamenta as diretrizes curriculares do Serviço Social no Brasil (PRATES, 2003).

Resta ainda destacar que os fundamentos ético-políticos e teórico-metodológicos precisam ser mediados, a partir de um conjunto de instrumentos técnico-operativos, instâncias de passagem que, orientadas pelos primeiros eixos, movimentam saberes os materializando em ações concretas. O instrumental movimentado pelo assistente social inclui teorias, instrumentos e técnicas, compondo uma cadeia de mediações que são acionadas no momento da intervenção. Para tanto, é de fundamental importância o desenvolvimento da razão e da sensibilidade de modo articulado o **que**

[...] se dá a partir não só de reflexões teóricas, mas mediado por vivências concretas, como as possibilitadas pela sala de aula, mas para além deste espaço, também desenvolvida nos estágios, atividades acadêmicas complementares, seminários, debates, participação em núcleos de pesquisa, participação no movimento estudantil, em eventos culturais, nas atividades realizadas em grupo, observações de experiências e vivências, enfim na vida da universidade, na vida acadêmica (PRATES e AGUINSKY, 2012<sup>a</sup>, p. 12).

Destaca o documento ABEPSS, além da transversalidade da pesquisa, a questão social como eixo articulador de todas as disciplinas, contradição a partir da qual todas as disciplinas precisam ser desdobradas no processo de formação. A ABEPSS aponta ainda como parte das diretrizes a articulação de disciplinas e laboratórios ou oficinas em três núcleos de fundamentação: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional (CFESS, 2013).

O reconhecimento do caráter interventivo do trabalho do assistente social supõe uma capacitação crítico-analítica, que possibilite a ressigni-

ficação de seus objetos de ação em suas particularidades socioinstitucionais para a elaboração criativa de estratégias de intervenção, comprometidas com as proposições ético-políticas do projeto profissional. A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, nesse sentido, são requisitos fundamentais.

Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais. A postura investigativa é um suposto para a sistematização teórica e prática do trabalho profissional, assim como para a definição de estratégias e do instrumental técnico que será mobilizado no enfrentamento às desigualdades sociais. Finalmente, as estratégias e técnicas de operacionalização devem estar articuladas aos referenciais teórico-críticos, buscando trabalhar situações da realidade como fundamentos da intervenção.

No que concerne às demandas da profissão, consideramos como competências básicas: competência ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa; introjeção de valores da profissão; postura ética; reconhecimento dos limites dados pelo assalariamento e da autonomia relativa do profissional; compromisso de classe e com a construção de novas formas de sociabilidade; capacidade crítica e autocrítica (superação do senso comum, reconhecimento dos processos de alienação, das contradições inerentes aos seres, processos e organizações) apropriação de método e teorias para explicar o real e subsidiar os processos de análise/intervenção; capacidade investigativa e de planejamento; capacidade de leitura do contexto histórico-social, articulando universalidade e particularidade.

Destaca-se ainda a necessidade de reconhecimento da unidade teoria-prática; apropriação da história como processo e como elemento fundamental para o conhecimento dos seres; processos e formas de organização condicionada pelo contexto econômico-social e cultural da profissão – relacionada aos contextos mundial, nacional e local; apropriação acerca da realidade brasileira; das formas de organização do

trabalho e do estado; das expressões de desigualdade decorrentes desses processos e das manifestações de resistência dos sujeitos como objeto (expressões da questão social). Ressalta-se também a importância da capacidade de movimentar mediações na operacionalização de técnicas de abordagem singulares e coletivas, privilegiando as últimas; conhecimento acerca de processos sociais subalternizadores e emancipatórios; apropriação adensada sobre as categorias trabalho e questão social e sua relação com a luta de classes, com os processos de alienação e desalienação, articulada pelo trinômio história-teoria-método e espaços didático-pedagógicos que enfatizem teoria e prática concreta.

As primeiras são articuladas ao que chamamos de competências complementares, tais como: conhecimento de economia, legislação, direitos humanos, políticas sociais, estratégias de gestão e avaliação, assessoria e supervisão, particularidades de espaços sócio-ocupacionais onde os profissionais se inserem, particularidades de segmentos sociais vulnerabilizados, de gênero, etnia, de ciclo de vida, etc. Este conjunto de competências tem por objetivo:

formar profissionais críticos, compromissados com os valores da profissão e com os trabalhadores como classe, que atendam aos requisitos exigidos pelo mercado de modo a viabilizar sua inserção profissional, porém não de maneira ingênua, mas que possam contribuir para a superação dos processos de alienação, para a qualificação das políticas públicas, para a ampliação de processos sociais emancipatórios, o que pressupõe necessariamente o fortalecimento dos sujeitos trabalhadores e usuários e a ampliação dos seus canais efetivos de participação. Para tanto é necessário que esse profissional não restrinja sua formação a competências técnico-operativas, enfatizadas pelo mercado de trabalho, mas as ilumine pelas competências teórico-metodológicas e ético-políticas que lhes dão direção social e clareza de finalidade (PRATES *et al.*, 2012, p.23.)

### À guisa de uma breve totalização provisória

Falamos de uma formação que seja mais do que tecnicista e que reconheça a necessária fundamentação ético-política e teórico-metodo-

lógica para que os procedimentos operacionais e técnicos tenham densidade, alcance e efetividade e, principalmente, para que tenham sentido e finalidade. A perda de sentido e finalidade direcionada aos interesses humanos coletivos tem levado a humanidade à barbárie ou a uma ciência que, ao invés de estar a serviço do homem, potencializa seus piores “instintos egoístas” de concentração de poder (PRATES e AGUINSKY, 2012a, p. 12)

Constatamos com muita preocupação a precarização generalizada do trabalho e, mais ainda, a do ensino, especialmente no que tange à supervalorização da sustentabilidade e operacionalidade, em detrimento da qualidade, em sentido amplo. Quando nos referimos à qualidade, falamos da formação de profissionais com diversas competências cada vez mais necessárias, entre as quais estão, não só a capacidade técnica, fundamental para materializar o trabalho profissional, mas também um acúmulo teórico-metodológico mais denso, consistente e coerente e uma postura e compromissos éticos que precisam ser introjetados e materializados nas produções, ações e relações estabelecidas por estes profissionais no cotidiano de trabalho (PRATES *et al.*, 2012).

Marx já destacava nos *Manuscritos de Paris* que o olho que não aprende a ver não enxerga. Precisamos, portanto, educar nossos sentidos e nossa razão, para além de um motivo razão instrumental e, para alongarmos nosso olhar, precisamos de teorias explicativas que nos auxiliem a problematizar aquilo que está diante de nossos olhos, mediadas por vivências concretas, relações, observações, debates, *insights* a partir do concreto, pautados em contraprovas históricas.

Verificamos que a reaproximação à teoria e ao método marxiano de modo mais adensado tem logrado ao Serviço Social um processo de qualificação e amadurecimento que merece ser destacado. Contudo, a mediação mais capilarizada com o coletivo profissional é um desafio ainda a ser consolidado. Por outro lado, é preciso reconhecer que o contexto adverso de recrudescimento da questão social e a permanente disputa entre projetos ético-políticos é uma realidade que precisa ser sistematicamente enfrentada para que não se sofra retrocessos no processo de formação,

fruto de ampla mobilização e luta da categoria em sintonia com a sociedade de seu tempo.

Ressaltamos por fim, na tentativa de realizar uma breve totalização provisória, as aproximações entre os fundamentos do Serviço Social e o pensamento marxiano. A primeira aproximação é exatamente o objeto, a questão social e suas refrações, como resultado da contradição entre capital e trabalho gerando desigualdades, mas também resistências e luta.

Destacamos ainda a preocupação com a intervenção a partir do movimento reflexão-ação com base na articulação de múltiplos condicionantes, históricos, econômicos, sociais, políticos, culturais; o reconhecimento da investigação permanente como processo necessário e da necessidade de um método radical que possibilite a leitura e intervenção no real, não de forma dicotomizada, porque almeja contribuir com a transformação; O reconhecimento da necessária complementaridade entre fato e valor, dados quantitativos e qualitativos, razão e sensibilidade, singularidades, particularidades e universalidade, realidade objetiva e subjetividade é também outro elemento comum.

O reconhecimento de que a clareza teleológica é fundamental a uma intervenção que se queira transformadora, portanto, a necessidade de uma direção social definida, a negação da neutralidade e reconhecimento do caráter ético-político da ação investigativo-interventiva, também, são elementos comuns. O reconhecimento de que, para enfrentar as refrações da questão social é necessário mobilizar o desenvolvimento de processos sociais emancipatórios no intuito de estimular o protagonismo e fortalecer a autonomia dos sujeitos e grupos, mesmo cientes de que a emancipação humana efetiva só é possível a partir da superação do modo de produção capitalista. A valorização dos processos de exposição, do acesso e democratização da informação, fundamentais aos processos participativos, que estão na base dos processos emancipatórios e a valorização, não só de resultados nas investigações, mas do processo e de seu caráter pedagógico são, igualmente, elementos comuns. Ainda aproximam a teoria marxiana dos fundamentos do Serviço Social a inconformidade e compromisso com a



superação dos processos de exploração, exclusão, expropriação, subjugação, alienação e por fim, almejar novos patamares de sociabilidade, onde homens e mulheres possam desenvolver plenamente sua humanidade (PRATES, 2003).

Ainda no que concerne a intervenção junto a sujeitos vulnerabilizados, resta reiterar que as competências ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas que conformam o tripé da formação generalista do assistente social no Brasil incluem o debate, investigações e o exercício de processos interventivos sobre o tema. Entretanto, as vulnerabilidades são reconhecidas como processos que, embora assumam características particulares em determinados grupos sociais, concentrações em territórios ou se explicitem de modo mais evidente em determinados segmentos tem sua raiz nas estruturas macrossociais e, portanto, não podem ser analisadas sem essa mediação necessária, sob pena de reiterarmos processos subalternizadores, segregadores e culpabilizações, que acabariam por reproduzir desigualdades ou refrações da questão social.

Formar profissionais que não se contentem com o aparente, que tenham capacidade crítica e autocrítica, postura ética e compromisso com a sociedade do seu tempo, é o mínimo que se espera da Universidade.

## Referências

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. *Revista Serviço Social e sociedade*, São Paulo, n. 50, 1996.

BARROCO, Maria Lúcia S. *Ética: fundamentos sócio-históricos*. São Paulo: Cortez, 2008.

CFESS. *Conselho Federal de Serviço Social*. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/servicos\\_perguntas.php](http://www.cfess.org.br/servicos_perguntas.php). Acesso em: maio de 2020.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

COUTO, Berenice Rojas. *O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?* São Paulo: Ed. Cortez, 2007.

CRESS 21ª Região. *Diretrizes Curriculares da ABEPSS*. Disponível em: <http://www.cress-ms.org.br/novo/leis-e-decretos/diretrizes-curriculares-abepss/>. Acesso em: jun. 2019.

CURY, Carlos R. Jamil. *Educação e Contradição*. SP: Cortez, 1986.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani. *Metodologia da Pesquisa Educacional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

IAMAMOTO, Marilda. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica Formal / Lógica Dialética*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, Karl. *O Capital*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. Livro 1. v. I.

MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz. Algumas reflexões acerca dos desafios para a consolidação das Diretrizes Curriculares. *Revista Temporalis*, Brasília, ABEPSS, n. 14, 2007.

PRATES, Jane Cruz. *Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do Assistente Social*. 2003. Tese (Doutorado em Assistência Social) – PUCRS, Porto Alegre, 2003.

PRATES, Jane Cruz et al. *Estudo sobre as competências requisitadas ao assistente social para inserção profissional no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre*. Relatório de pesquisa enviado ao CNPq. Porto Alegre, 2012.

PRATES, Jane Cruz; AGUINSKY, Beatriz. Entre a ampliação do acesso e a mercantilização do ensino: o processo de precarização em debate. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 205-210, 29 dez. 2012a.

PRATES, Jane Cruz. A importância da linguagem e da gestão da informação nos processos participativos. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 01-10, 2018. <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2018.1.31233>

## Jane Cruz Prates

Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGSS/PUCRS), em Porto Alegre, RS, Brasil. Professora e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre, RS, Brasil. Editora da *Textos & Contextos* (Porto Alegre).

---

## Endereço para correspondência

Jane Cruz Prates

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Av. Ipiranga, 6681, prédio 8, sala 402.7

Partenon, 90619900

Porto Alegre, RS, Brasil